

# ***IICA***

*Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura*

## **Qualidade Social e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: Porque a sociabilidade tem que ser capitalizada?**

**Carlos Júlio Jara  
IICA- Equador  
IICA – Brasil  
Novembro, 2003**

**Somos o que pensamos,  
Tudo o que somos vem dos nossos pensamentos  
Com os nossos pensamentos fazemos o mundo**

**O Buda**

- **Introdução<sup>1</sup>**

Sinto que a natureza esta submetida a progressivas agressões e torturas e que a força vital das nossas sociedades flui por sendeiros insustentáveis. Constatamos o colapso dos valores éticos e a rápida transformação da grande maioria das instituições. A época moderna está chegando ao seu final, e a emergente está totalmente atravessada pela **complexidade**, a **contradição** e a **incerteza**. Como nunca antes, o destino próximo de qualquer sociedade manifesta-se como campo minado por desconcertos e riscos. As taxas de mudança são hoje tão aceleradas, as interações tão intensas, os fluxos de informação tão dinâmicos, que somos permanentemente desafiados pelo fantasma do imprevisto, assombrados pelos extravagantes **elementos emergentes** que brotam dessas complexas interações.

Todas as sociedades e territórios se encontram dominados por uma intensa onda de transformação. Estamos constantemente convivendo com a turbulência, o inesperado, pressionados a auto-organizar de maneira permanente, o processo de desorganização permanente, estruturando novas institucionalidades.

São mudanças complexas, extraordinárias, multidimensionais, multiformes, construindo uma constelação de realidades dispersas, de identidades novas, mistura de velhos e novos desafios.

As grandes maiorias da atual sociedade latino-americana estão sendo arrasadas pelas premissas e os dogmas do modelo dominante de “**mal-des-envolvimento**”, que não é sustentável. Miséria, concentração da renda, dificuldade de acesso aos ativos produtivos, fome, desigualdades extremas, desemprego crescente, desinformação, violência, racismo, corrupção, desconfiança social, perda de identidades e referencias, agressões ambientais, são algumas das expressões da crise que enfrentamos.

A combinação das tendências e problemáticas desenham um cenário muito perigoso. Todos os supracitados problemas se encontram interligados. Decorrem de conceitos mecânicos da realidade, das visões materialistas do mundo, do pensamento reducionista, dos propósitos instrumentais, e do senso de valores utilitários que as acompanham. Porque os valores, as normas e as atitudes condicionam os modos e os processos de desenvolvimento.

Existe hoje uma imensa fratura entre “os que têm” e “os que não têm”, e entre os “envolvidos” ou incluídos e os “**sub-des-envolvidos**” e os excluídos, fratura que

---

<sup>1</sup> Para o pequeno Patrício, com muita ternura.

se aprofunda em quase toda latino-américa. Somos escravos do sistema financeiro global, transformado numa esfera quase autônoma que controla enormes fluxos de capital, além do entendimento das sociedades. Esfera onde forçosamente “depositamos” grande parte do excedente de nossas economias. Ela não contém valores éticos, nem uma só palavra sobre nosso objetivo como seres humanos, pura especulação.

Eis um rascunho amador do contexto que condiciona, em todo canto, os rumos do desenvolvimento, neste momento de parto de uma nova época. É dentro desse marco que deve ser pensado, sentido e construído o novo paradigma de desenvolvimento sustentável, a ser trabalhado em perspectiva e escala territorial. A qualidade dos processos de desenvolvimento territorial depende da maneira como construímos nossas condições sociais, dentro dessa complexidade. Na **homo-hetero-geneidade** dos territórios, temos que aprender a atuar na continuidade e na ruptura, na turbulência e na mobilidade, na uniformização e na diversificação, no arquipélago de valores e mundos culturais. Temos que aprender a entender o que é essencialmente multidimensional, **dialogicamente**.

Não sabemos realmente como caminhar nessa complexidade, mas pelos riscos e perigos anotados, somos desafiados a **sentipensar** “des-envolvimento” de maneira, curiosa, cautelosa, cuidadosa, econômica, justa, solidaria, alegre e emocionalmente ligada com a vida. Somos também desafiados a construir um desenvolvimento principalmente cultural, baseado em outra cultura de desenvolvimento. As ruralidades latino-americanas arrastam um conjunto de problemas que, simplesmente, não podem ser resolvidos mediante as referências teóricas e metodológicas do velho paradigma.

Talvez o enfoque territorial afirme a possibilidade de ver a realidade como um todo **sociocultueconômico**. Não se trata apenas de um par de novos óculos para o mesmo ponto de vista, economicista, instrumental e competitivo. Trata-se de quebrar os velhos óculos, para olhar e trabalhar a realidade territorial de um modo e ângulo diferente. Podemos supor que as desigualdades, as dicotomias e as agressões que nos afligem poderiam ser curadas se mudássemos o abordagem reducionista do desenvolvimento, por uma perspectiva mais sistêmica e abrangente.<sup>2</sup> Se pudéssemos cultivar uma **sociabilidade** mais confiante, melhor **qualidade social** partindo de valores éticos e sentimentos solidários.

Mais ainda não sabemos como traduzir a complexa realidade **sociocultueconômica** numa equação humana de desenvolvimento.

Com esse conhecimento fracionado e afastado da inteireza, o olhar mecânico que alimenta nossas evidências, a dinâmica multidimensional do desenvolvimento sustentável não pode ser devidamente entendida.<sup>3</sup> Com esse pensamento utilitário, centrado exclusivamente nos ganhos econômicos e viciado pela

---

<sup>2</sup> Curar é uma atitude do espírito, vai além das teorias abstratas.

<sup>3</sup> O mapa mecânico da realidade não permite trabalhar o território

competitividade, dificilmente vamos construir uma sociedade mais justa e equitativa. Com esse comportamento social enraizado no emocional do confronto e briga permanente, dificilmente vamos cultivar uma melhor sociabilidade, eliminando gradativamente o lado pior do comportamento humano. Quando faltam valores e sentimentos humanos básicos, o **des-envolvimento** pode se transformar em algo sórdido.

Temos que decidir se vamos a viver como seres humanos dominados pela demência ou pela sensatez. Porque “o ser humano pode ser tanto o Satã da vida quanto o Anjo bom da vida”.<sup>4</sup> Há uma demanda por **re-definir** desenvolvimento como processo orientado essencialmente pelas qualidades éticas do espírito humano. A sociedade humana deve ganhar capacidade para influir o rumo de sua própria evolução, formulando escolhas informadas, cuidadosas, participativas, responsáveis e conscientes. Muito vai depender da nossa capacidade para melhorar a **qualidade do tecido social** visando atingir uma sociabilidade onde os relacionamentos assumam cada vez mais uma dimensão confiante e solidária.

Porque se a vida social e o viver em sociedade é vivenciada principalmente como um tecido de relacionamentos confiantes, a fuga pela responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável é mais difícil.

Como construir esses ambientes? Quais qualidades cultivar, nesse **Ser** racional e irracional, sábio e louco, trabalhador e lúdico, empírico e imaginário, prosaico e poético, amoroso e hostil, cuidadoso e destrutivo, competitivo e solidário, racioemocional?<sup>5</sup> Quais os princípios e os valores que o desenvolvimento sustentável deve afirmar para construir um modo mais humano de pensar, sentir e viver? O que significa desenvolvimento rural humano e sustentável? Desenvolvimento é um processo sociocultural que aponta para objetivos sociais. A sociedade sustentável é uma promessa, como é o ser humano. Se temos poder de escolha temos capacidade para ser criativos e responsáveis. Podemos guiar os processos partindo dos valores éticos do amor (compaixão), verdade, justiça, liberdade, solidariedade, tolerância, responsabilidade e respeito pela vida.<sup>6</sup> Essa sociedade ideal ainda não nasceu, é apenas uma possibilidade. Se investíssemos mais na dimensão intangível, procurando semear **cooperação criativa**, poderemos transcender.

Neste sentido, o desenvolvimento rural baseado no enfoque territorial ou é desenvolvimento humano e sustentável, ou simplesmente não é.

Qualifico o processo de **(des) envolvimento** como sustentável a partir de uma concepção sistêmica. A democracia cognitiva, afetiva e emocional; a amorosidade; o cuidado; a solidariedade constituem princípios auto-eco-organizadores que

---

<sup>4</sup> Leonardo Boff, Jean-Yves Leloup, Pierre Weil, Roberto Crema e Lise Mary A. Lima (org.) , Espírito na Saúde, Vozes, Petrópolis, 1997.

<sup>5</sup> Edgar Morin, Os Sete Saberes Necessários à Educação Superior. UNESCO, Cortez, 2002.

<sup>6</sup> Conforme o estudo sobre valores universais. Vide, José Maria Tortosa, El Juego Global: Malesarrollo y Pobreza en el Capitalismo Mundial, Icara & Antrazyt, Barcelona, 2001.

guiam os caminhos específicos a serem desenhados no mundo local. As ações locais ganham coerência e complementaridade de esforços resultando bem-estar econômico, sustentabilidade ambiental, democracia participativa, alteridade cultural, equidade social e liberdade espiritual.

- **Fechados na jaula de ferro**

Podemos julgar uma teoria e estratégia de desenvolvimentos por seus frutos. Colhemos o que semeamos. O modo de **des-envolvimento** que temos é aquele que pedimos como sociedade e, de modo particular, o tipo que pedem e defendem as elites que monopolizam o poder. Além dos interesses perseguidos, esse desenvolvimento é pensado segundo a visão materialista – mecanicista – reducionista, fazendo da dimensão econômico-produtiva o carro chefe determinante das mudanças.<sup>7</sup> Sabemos que nenhum processo de crescimento, por si só, sem políticas públicas de redistribuição de ativos e oportunidades, não garante o bem-estar social. Mas essa racionalidade continua perversamente triunfante.

A força desta corrente economicista permanece hegemônica. Somos desafiados a refletir profundamente sobre o tipo de criatura paradigmática que estamos incubando, em nome do desenvolvimento rural territorial. Será que estamos apenas cambiando os óculos e conservando a mesma visão? *“Nada é mais difícil do que ter consciência crítica das pressuposições dos nossos próprios pensamentos... Poderemos submeter a escrutínio direto todo pensamento, exceto aquele com o qual fazemos escrutínio”*<sup>8</sup>.

Temos que olhar com outra mirada os processos multidimensionais e descobrir as dinâmicas emergentes nos territórios, as novas configurações produtivas, as iniciativas construídas pela própria sociedade que assinalam alternativas, inovações, sementes de melhores futuros.

Sinto e penso que algumas das novas propostas ainda não conseguem sair da matriz economicista da ideologia, ficando prisioneiras no materialismo racional. Falamos, por exemplo, da economia territorial *vis* a economia agrícola, e não da setorialidade rural *vis* a ruralidade territorial. Estamos contaminados pelo economicismo, mesmo quando estamos conscientes que a economia é, provavelmente, a dimensão humana mais atrasada. Estamos complicando ainda mais a questão do “capital social”, colocando os velhos conceitos da economia clássica numa roupagem moderna, mais longe da consciência. Esse viés ideológico prejudica nossa procura de novos tecidos sociais nos territórios rurais, e também, o próprio bem-estar econômico, que se sustenta na relativa auto-suficiência territorial, ao limitar nossa busca de **qualidade social e produtiva**.

---

<sup>7</sup> É preciso crescer qualitativamente o suficiente para dar resposta às necessidades básicas da sociedade, de cada cidadão, homem e mulher, para libertar seu tempo e se concentrar no desenvolvimento de outras dimensões humanas.

<sup>8</sup> E. Shumacher, A guide for the perplexed, Nova York, Harper and Row, 1977, p.44

Estamos falando, por exemplo, dos novos conceitos de “**competitividade social territorial**”, e “**competitividade ambiental territorial**”, que desgastam o poder do raciocínio, fechados nas velhas premissas.<sup>9</sup> Penso e sinto que qualquer visão de competitividade, restrita ou integral, leva a guerra como norma. Mas continuamos impondo a idéia de que se não existe competitividade, não **existe des-envolvimento**, e se existe **des-envolvimento**, existe competitividade. É a dialética do eterno retorno ao utilitarismo, ao “pensamento único”. O discurso afirma que competitividade social é a “*capacidade dos agentes para atuar eficazmente e de maneira conjunta baseados numa concepção consensuada do projeto territorial e fomentada no acordo entre os distintos níveis institucionais*”<sup>10</sup>. Existem, sem dúvida, conceitos mais fecundos para explicar esse mesmo processo, inclusive o chamado “capital social”.

Não existe “**competitividade ambiental**”. Sem duvida que existe competição nos ecossistemas e na natureza. Segundo Capra, “*nesta, há domínio, mas sempre dentro de um largo contexto de cooperação. As espécies não formam hierarquias, mas redes dentro de redes. Há conflito e competição, mas não há relações de poder, no sentido de forçar alguém a agir de acordo com o desejo do outro*”.<sup>11</sup> Para que os territórios rurais possam ser avaliados como sustentáveis, suas comunidades de atores sociais e institucionais devem seguir os princípios básicos da ecologia.

Mesmo assim, os diálogos entre a **racioemocionalidade** econômica e a **racioemocionalidade** ecológica, por si só, são insuficientes para decidir, de forma cuidadosa e inteligente, sobre a forma de gestão ambiental dos territórios. É preciso politizar a economia e **éticalizar** a política para promover **cuidado ambiental** e definir os limites ambientais da economia territorial, partindo das conversações entre atores, do acesso à informação, dos debates entre científicos e políticos. Contemple o tecido social, procure relacionamentos confiantes e **inclusivos**.

A corrente dominante continua percebendo o desenvolvimento rural como um problema quase exclusivo de investimentos, acesso a recursos financeiros, gestão empresarial, transferencia tecnológica, infra-estrutura, sempre buscando eficiência econômica. Essa exclusividade tem que mudar. A chamada competitividade social não sustenta o bem-estar econômico; somente respeita e obedece o lucro efetivo e o valor comercial. O processo de desenvolvimento sustentável traduz uma rede de atividades relacionadas, de comunicações, num tecido fortemente ligado a sentimentos de confiança, e não apenas à **racioemocionalidade** utilitária da

---

<sup>9</sup> Rafael Echeverri, Adrián Rodriguez y Sergio Sepúlveda, Competitividad Territorial: Elementos para la Discusión, IICA, Costa Rica, 2003.

<sup>10</sup> Gilda Farrell, Trillón, Samuel y paul Soto. La Competitividad territorial: construir una estrategia de desarrollo territorial con base en la experiencia LEADER, Bruselas, Observatorio Europeo LEADER, 1999.

<sup>11</sup> Fritjof Capra, Determinismo Biológico ou Integração Sistêmica?, Berkeley, USA, [www.ecoar.org.br](http://www.ecoar.org.br), 2003

técnica e do mercado. As pessoas e os atores sociais, ao se comunicar, além da troca de informações e do contato social, trocam energias.

É preciso ir além do reduzido conceito da competitividade baseada na eficiência econômica sempre avaliada pela racionalidade quantificadora. Na visão convencional, essa qualidade de sobrevivência nos mercados mais dinâmicos e abertos do sistema, diz respeito a uma cadeia de fatores, nem sempre tecnológicos, onde geralmente os agentes melhor posicionados ganham. Sabemos que a eficiência para o crescimento econômico nem sempre está determinada pela composição orgânica do capital.

A produtividade é, essencialmente, um relacionamento social e, por conseguinte, tem que ser sustentável. E ela depende de outros fatores tais como criatividade, acesso à informação, valorização dos saberes locais, qualidade das práticas produtivas, certificação de processos, inocuidade, identidade, custos de transação, motivações, a articulação social, etc. Queremos construir capacidade para produzir com qualidade em escala territorial e não simplesmente reproduzir a lógica utilitária do “tigre frente à vaca na corda”.

Só podemos questionar o mito da competitividade se entrar nos princípios da associação da natureza humana, como a cooperação, a complementaridade e a solidariedade. Se o conceito convencional de competitividade – que universaliza o princípio de oposição - diz respeito à formas de concorrência baseadas numa mistura de baixos salários e diferenciais de produtividade, incorporando **qualidade**, boas práticas produtivas, inocuidade, desenho, originalidade e conhecimento de origem de processos, porque não afirmar o conceito de **qualitividade**, visando produzir melhor e diferente, gerando auto-suficiência, e não simplesmente produzir mais, indiscriminadamente.

O discurso tem que sair de jaula de ferro do passado e dos modismos do presente. A competitividade entre iguais não pode ser construída em todos os territórios brasileiros, mas a **qualitividade** provavelmente sim. Se o desenvolvimento sustentável pudesse usar outra terminologia, se dissesse que nossos valores e sentimentos também modificam o rumo dos processos sociais, isso nos serviria para achar caminhos alternativos.

“Temos que ser pragmáticos”; gritam os especialistas orgânicos. Esse pragmatismo sem consciência produz modos de desenvolvimento social e ecológicos não sustentáveis, politicamente inviáveis em longo prazo. Cada vez que promovemos uma irrupção conceitual enfrentamos uma resistência muito forte. Precisamente quando a realidade da pobreza, da subalternidade e da crise ambiental pedem novos conceitos, tanto mais o discurso convencional mascara as raízes dos problemas. É proibido criticar ao capitalismo, ao progresso e a modernidade. Emprega-se um léxico progressista que incorpora elementos ideológicos hegemônicos, mergulhando na resignação funcionalista. As críticas são interpretadas como oposição ao futuro. E estigmatizamos aos inconformes, os hostilizamos.

Mesmo assim, sinto que a crise multidimensional, acompanhada do esgotamento dos “modelos” convencionais de desenvolvimento, estão promovendo uma mudança de consciência e paradigma. Os paradigmas moldam a nossa percepção. Sinto que nossa maneira de perceber a realidade está mudando lentamente. Ganha corpo um novo conceito holístico de pensamento e desenvolvimento. Esse conceito norteia o novo olhar e o trabalhar a natureza de forma reverente; indica a adoção de nova tecnologia, nova organização social; a cultura e a política imbuídas do civismo; e força aos vínculos das ciências físicas e sociais, com a filosofia, e com as dimensões do espírito, de forma a criar uma rede do conhecimento do conhecimento,<sup>12</sup> formadora da razão iluminada pelo coração.

- **Um novo olhar da sobrevivente ruralidade<sup>13</sup>**

Hoje a idéia do mundo rural - da ruralidade – abrange múltiplas dimensões que existem interdependentes, umas das outras. Por isso, quando falamos de desenvolvimento rural sustentável, se demanda uma visão unificada da realidade rural - ruralidade - a ser **(des)envolvida**, que pode ser concretizada mediante uma abordagem territorial. Da mesma maneira que o território se comporta como um sistema, também a ação humana sobre o mesmo tem caráter sistêmico. A realidade da ruralidade é **unidiversa**, se expressa na historicidade, na localidade, na singularidade e na **bio-cultu-socio-diversidade** dos territórios.

Olhar o todo, vislumbrar os inúmeros vínculos que formam um tecido social é coisa difícil de ser entendida pelas pessoas acostumadas à leitura cartesiana. Mas o fato de ser difícil olhar e trabalhar a diversidade da unidade ou a unidade da diversidade territorial, não elimina o desafio de construir melhores futuros.

É neste sentido que se afirma que o processo de desenvolvimento rural demanda intervenções intersetoriais e interinstitucionais. Um desafio complexo e complicado que precisa reinventar decisiva e irrevogavelmente as instituições, enriquecendo o tecido social mais de harmonia e cooperação, do que de competição, separatividade e dominação. Daí pode emergir uma nova sociabilidade rural com capacidades e energias políticas para aliviar a pobreza, fechar as desigualdades, e sustentar ambientalmente o crescimento econômico.

Realmente ainda não sabemos como melhorar e multiplicar as interações entre os diferentes atores sociais e institucionais, essa malha energética de elos sociais mutantes que marcam os rumos do desenvolvimento. A grande maioria dos agentes de desenvolvimento carecem de capacidades e instrumentos para olhar à

---

<sup>12</sup> Edgar Morin e Jean-Louis Le Moigne, A inteligência da complexidade, op. cit, p. 69

<sup>13</sup> O conceito de “nova ruralidade” mistura diversas concepções: a) um novo enfoque da realidade rural ou uma nova maneira de perceber o todo que foi apagado pelo reducionismo, e b) uma nova configuração e dinâmica da ruralidade construída pela mundialização econômica, política, cultural e ideológica, a destruição das economias camponesas, crises ecológicas, etc. Neste último sentido, a ruralidade sempre é nova e velha ao mesmo tempo. A ruralidade sempre é mutante e nunca atravessa duas vezes pelo mesmo estágio. Sempre acontece uma mudança do passado que se expressa de forma irreduzível.



distancia e ver-se, a si próprios como parte integrado ao tecido social. Pior ainda tentar melhorar a qualidade dos vínculos, dinamicamente, semeando ao mesmo tempo **cooperação criativa**.

Estamos aprendendo das lições da experiência e temos muita coisa por sistematizar. As experiências pertencem ao passado, o futuro sempre é imaginação criativa. Sempre pensamos com a linguagem e com as imagens, e não com o cérebro.<sup>14</sup> E as descobertas ocorrem quando paramos de pensar.

- **Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.**

Não vamos realizar um análise crítico e retrospectivo das principais teorias e enfoques convencionais de desenvolvimento rural. Mas é possível argumentar que mesmo operando mecanicamente<sup>15</sup> e sob forte viés urbano, parcelada, centralista, setorialista e produtivista, as estratégias convencionais de desenvolvimento rural promoveram muitas mudanças nos territórios rurais latino-americanos. Os investimentos públicos e privados, e ainda os programas compensatórios de combate à pobreza, ampliaram as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais e, também a infra-estrutura social e produtiva, os serviços de saúde, e educação, saneamento básico ou água tratada de milhares de comunidades rurais.

Entretanto, grande parte dessa experiência se apresenta insustentável. Porque, no fundo das coisas, a perspectiva desenvolvimentista tornou unisetorial o que sempre foi multisetorial. Em geral, as estratégias tiveram um forte caráter **clorofilista**, promovendo economias de escala, como se o desenvolvimento rural tivesse que necessariamente estar associado à modernização setorial. Essa perspectiva descartou como “atrasados” os valores, o conhecimento acumulado, as práticas ancestrais, as tradições, os modos de produção e vida das comunidades rurais, em particular, daquelas integradas por unidades agrofamiliares. Esse tipo de desenvolvimento rural não teve necessidade da noção de cultura. As comunidades rurais foram qualificadas como carentes; não houve confiança nas forças sociais e culturais a nível local e territorial. Os processos de modernização e mudança tecnológica, longe de atender às necessidades básicas destas comunidades, aumentaram a concentração da riqueza e as desigualdades, gerando maiores desequilíbrios ambientais.<sup>16</sup>

O resultado foi e continua sendo um desarranjo ambíguo, uma construção desigual, relativamente dualista. A ruralidade ficou esfacelada, fragmentada, setorializada, incapaz de assumir o contexto plural territorial. Concebia-se à ruralidade movida pela força da produção agrícola. Nem sequer o enfoque de

---

<sup>14</sup> Juan Soto Ramírez , Complejidad Cognitiva, La jornada, México, 5 Fevereiro, 2003

<sup>15</sup> As máquinas operam e as pessoas atuam.

<sup>16</sup> É muito fácil criticar. Confesso que colaborei com esse padrão de progresso econômico. O senso de frustração educa.

desenvolvimento setorial agropecuário conseguiu incorporar a visão mais elevada da “agricultura ampliada”.

Partindo dessa corrente de pensamento, formularam-se planos modernizantes integradores de componentes mecânicos (“*inputs*”) ativados pela tecnologia e pelo investimento produtivo. Isso condicionou um olhar vazio do território. Todos fomos testemunhas das ações fragmentadas, dos setores e instituições desarticuladas, da ênfase nas obras de infra-estrutura, da participação instrumentalizada, das cidadanias passivas, do clientelismo e do assistencialismo.

Muitos desses esquemas de intervenção setorial levaram à fragmentação do tecido social, alimentando as desigualdades entre grupos sociais e territórios.

- **Territórios**

Brasil é um país enorme e *unidiverso*, configurado por uma grande diversidade de territórios.

Cada território expressa seu próprio processo de construção histórica, e dificilmente pode ser reproduzido em outros espaços sócio-geográficos, e em outros tempos. As ruralidades territoriais tem mutantes, multidimensionais e prolongadas raízes históricas; desenham formações que expressam trajetórias específicas traduzidas em “*modos territoriais de (des) envolvimento*”, que são organizados, desorganizados e reorganizados pela energia cultural das múltiplas e heterogêneas sociedades locais. O território aparece como um campo geográfico social e culturalmente construído, ao mesmo tempo em que está, em permanente estado de construção. Porém, o território é um conceito dinâmico, neles sobrevive o passado, e ao mesmo tempo, nele se criam os arranjos sucessivos do futuro. As forças que causam movimento nos territórios estão fora e dentro dos mesmos.

Nesses territórios rurais ocorrem dialéticas evolutivas específicas, marcadas pela cultura, pelo jogo do poder e pelos valores e interesses dos diversos segmentos e atores sociais, numa contínua dança de interrelações e interações com a natureza. O cenário territorial manifesta uma diversidade de atores que atuam com *racioemocionalidades* próprias, desenhando estruturas de poder e tecidos sociais específicos. Via de regra, os grupos e atores locais atuam condicionados por forças ou sistemas mais amplos, criando vínculos de dependência e interdependência, institucionalidades mutantes, assim como complexos arranjos inter-territoriais. Assim, o mundo global e o mundo *local-territorial* se interpenetram dinamicamente, tecendo *hibridações*, onde o comum abraça o diverso, e a duração leva ao rompimento.

Tais dialéticas concretizam formações *sociohistóricas* heterogêneas entre si, unificando os conceitos de ambiente natural, sociedade, cultura, tempo e espaço. Nessas formações é possível fazer leitura dos elementos condicionantes da dinâmica territorial, das ordens interiores, dos elementos *germinativos* que

explicam os destinos sociais presentes, e ao mesmo tempo, definem os prováveis destinos futuros.

Os territórios se nos apresentam como em processo de **envolvimento** orgânico e geográfico de diferentes elementos dimensionais. Neste sentido, eles manifestam propriedades relativamente homogêneas (**homo-heterogêneas**) vistos desde o interior de suas fronteiras culturais, e simultaneamente, muito heterogêneas (**hetero-homogêneas**) partindo desde um olhar externo dos mesmos.<sup>17</sup> Essa **homo-hetero-geneidade** territorial decorre historicamente do processo de adaptação das comunidades humanas ao seu ambiente natural próximo. As **adaptações ativas**, no sentido de promover e acompanhar as mudanças, geralmente são moldadas pelas elites locais, pelos atores históricos e seus sistemas de representações.

Essa heterogeneidade revela um mosaico de situações sociais e culturais, formas de produção, ambientes naturais, capacidades humanas, comportamentos, tecidos sociais etc., trajetórias locais que manifestam diferentes lógicas, dinâmicas territoriais específicas de (**des**) **envolvimento**. Existe uma gama de alternativas endógenas de desenvolvimento potencialmente disponíveis. Uma mudança para olhares mais amplos pode abrir à mente política para novas estratégias de “luta” contra as **causas** da pobreza.

A ruralidade e agropecuária brasileira apresenta uma grande diversidade em relação aos seus ambientes naturais, sistemas e arranjos produtivos, situação social dos produtores, níveis de associativismo, fertilidade das terras, institucionalidade, identidade, disponibilidade de infra-estrutura, capacidades de gestão, etc., não apenas entre territórios mas, também, dentro de cada território. Eis a **homo-hetero-geneidade** territorial.

Cada realidade territorial revela diferentes potencialidades, dinâmicas produtivas, estruturas sociais e políticas, esquemas institucionais e identidades vivas.

- **Algumas vantagens do enfoque territorial.**

Tanto as estratégias convencionais de intervenção “**clorofilista**” e quantitativa, quanto os esquemas assistenciais de “luta contra a pobreza rural” se revelam impotentes para resolver as calamitosas condições sociais, econômicas e

---

<sup>17</sup> “Los territorios representan los espacios geográficos generalmente continuos donde se integran historicamente, de forma permanente y cambiante, las múltiples dimensiones de la vida social. Ellos revelan características relativamente homogéneas, frecuentemente estructuradas a partir de determinado (s) eje ordenador, que influye el comportamiento de los actores sociales e institucionales locales, configurando al tejido social. El territorio debe interpretarse como actor del desarrollo local. Generalmente expresa una diversidad de situaciones y dinámicas productivas, características ambientales, organización del poder y formas de de producción, así como una malla social cuyos actores se movilizan de acuerdo a perspectivas diferenciadas, demandando recursos estratégicos, esquemas de servicios y participación en la esfera de decisiones.” Carlos Julio Jara, Perfil del Proyecto Desarrollo Sostenible de Oportunidades de Negocios, Capacidades Locales y Servicios Territoriales,” IICA – MAG, Quito, Ecuador, 2003.

ambientais da maioria das sociedades e territórios rurais. O enfoque setorial não pode lidar de maneira sustentável o processo de transformação da ruralidade territorial.

Não queremos afirmar que a perspectiva territorial vai permitir solucionar todos os problemas da sociedade rural brasileira e latino-americana, no curto prazo. O enfoque territorial não deve ser visto como panacéia. Mas estamos convencidos de que, a menos que esse conceito mais amplo da realidade oriente nosso acionar, provavelmente o convencional enfoque compartimentado e unidimensional – esoterizado pelos especialistas orgânicos – vai continuar semeando futuros passados: uma barbárie. A sociedade vai mudar sempre que o tecido social seja enriquecido por pensamentos e emoções positivas que alimentem virtudes coletivas.<sup>18</sup> Se a construção de uma sociedade sustentável resulta de mudanças multidimensionais, é lógico esperar que os fatores que o impulsionam devam também ser multidimensionais, e por conseguinte, multisetoriais. Cada dimensão territorial se acha ligada a toda outra dimensão, e cada setor da ruralidade está conectado com todos os outros setores.

O território rural é um conceito multifuncional, dinâmico e aberto, supera o esquema agropecuário de corte unifuncional, e porém, a noção mecânica de cadeias produtivas decorrente das economias de escala, também unidimensional. Sabemos que a sociedade urbana esta presente na sociedade rural e vice-versa. Por isso é necessário observar os vínculos do rural com o urbano, produtivos, políticos, culturais e sociais. Para visualizar interesses convergentes e procurar a construção de sinergias entre as políticas dos atores sociais, urbanos e rurais, explorando esquemas de diversidade multisetorial, capazes de levar para **ecologias de escala**.

O território é um movimento vital a ser entendido, principalmente, como conexões sociais, como confronto e mistura de percepções que surgem do calor das emoções, dos valores culturais, e como teia de informações mutantes. As classes e os atores sociais existem como ação, luta, acordo e dinâmica construtora da história territorial, que simultaneamente transforma o tecido social, criando novas territorialidades.

Daí a pertinência do enfoque territorial, que facilita o olhar do conjunto, visualizar o contexto, possibilitando a leitura tanto da duração das conexões, quanto dos elementos emergentes que explicam as dinâmicas territoriais e seus particulares modos de desenvolvimento.<sup>19</sup> A perspectiva territorial permite demarcar fronteiras funcionais á formulação de políticas diferenciadas e á construção de tecidos sociais e institucionais enriquecidos pela cooperação capazes de ativar os

---

<sup>18</sup> Edgar Morin e Jean-Louis Le Moigne afirmam que “ Há necessidade de elaborar uma ciência nova que serie indispensável ao conhecimento do conhecimento: a **noologia**, ciência das coisas do espirito, das entidades mitológicas e dos sistemas de idéias, concebidos na sua organização e no seu modo específico de ser..” A Inteligência da Complexidade, Periópolis, São Paulo, 200. P. 66.

<sup>19</sup> Importante a leitura do documento elaborado por Rafael Scheverri, Melania Portilla, Adrián Rodríguez y Sergio Sepúlveda, Desarrollo Rural Sostenible: Enfoque Territorial, Sinopsis, IICA, 2003.

processos de mudança. Constitui um condicionante central da construção de novos arranjos institucionais, articulado a processos democratizantes das políticas públicas.

O desenvolvimento das economias rurais, nos campos territoriais, não é sinônimo de desenvolvimento da agricultura familiar. O enfoque vai além das fronteiras do agropecuário, além das pequenas empresas agrícolas de corte familiar que se nutrem da diversidade. As economias familiares rurais são pluriativas. Precisam de uma resposta integradora, política e institucional, de tipo multisetorial. Muitas das pequenas economias familiares rurais carregam capacidades empreendedoras ou exercem atividades externas à agropecuária, revelando iniciativas e oportunidades de negócios que podem ampliar o mercado de trabalho. É o enfoque territorial que possibilita a construção de uma economia polivalente, ativando os atributos territoriais endógenos.

Neste sentido, a leitura territorial do desenvolvimento rural sustentável permite articular aos velhos enfoques de “combate à pobreza rural” com os novos conceitos de arranjos produtivos, integração das economias de escopo, redes de cooperação, gestão compartilhada, qualidade social, transcendendo a fechada perspectiva compensatória. Por outro lado, vai além da visão do “manejo racional dos recursos naturais”, pregando cuidado ambiental, boas práticas produtivas, negócios limpos, proteção da biodiversidade, preservação das espécies endêmicas, etc. Porém abre uma reflexão mais ampla sobre os processos locais de geração de entropia ou as conseqüências da degradação de energia que ocorrem nos modos de desenvolvimento territorial.

- **Semeando “capital social”**

O desenvolvimento humano e sustentável implica novo olhar e postura adequada para captar o princípio social vivo de cada território, suas dinâmicas de desenvolvimento. Ainda não são vislumbrados as inúmeras possibilidades endógenas dos vibrantes territórios rurais brasileiros. Continua negligenciado a valorização do sentir que somos culturas diferentes, com capacidade para transcendermos em nossa trajetória humana, social, ambiental e espiritual.

É necessário que sociedades como a brasileira invistam em caminhos alternativos, com soluções inéditas ao fazer uso de suas potencialidades, estimulando o sentimento de ser parte de territórios heterogêneos, de uma diversidade de energias, iniciativas, talentos e culturas. É preciso apoiar o nascimento dos novos atores históricos, aumentar a densidade e qualidade do tecido social, passando pela valorização do ambiente e da cultura. A história dos territórios é sempre construção social, mas não tem finalidade única, ou seja, nem chegamos a um determinado estágio, nem estamos no caminho certo que nos leva para lá. Simplesmente caminhamos, sempre na direção da imagem ética que adotamos como norte.

Existe urgência de semear “capital social” estimulando esse potencial humano positivo, essa energia coletiva que surge da **conectividade confiante** e transparente entre atores, capaz de trazer mais inteligência à vida emocional, mais solidariedade. Isso deveria tornar-se tão imperativo quanto a saúde, a educação e a inovação tecnológica, e não somente aprender a ganhar, competir e destruir, quanto a ser capazes de cultivar cooperação, confiança e amor político.

A compreensão da qualidade dos mutantes tecidos sociais, deve levar de algum novo tipo de filosofia da organização e educação social e empresarial. Faria uma enorme diferença conseguir que certos atores sociais pudessem pensar no que os pobres estão sentido. Provavelmente mudariam suas percepções e estariam mais propensos a estabelecer relacionamentos de confiança.

Somos desafiados a abrir caminho para pensamentos menos conservadores, e mais maduros, a serem aplicados nos planos e programas de desenvolvimento. Os valores mais elevados da natureza humana continuam sendo “obscurecidos”. Temos que incorporar no discurso do desenvolvimento sustentável e nos marcos normativos das políticas públicas os princípios da justiça social, cooperação e solidariedade. Porque tais princípios constituem elementos essenciais da condição humana.<sup>20</sup>

O desenvolvimento rural sustentável requer a escuta cuidadosa das propostas sugeridas pelos atores sociais que conhecem o potencial do seus territórios históricos – que agregam o saber coletivo, compartilhado, e que contem respostas inteligentes e sensíveis às questões ecológica, cultural, econômica, política, e emergentes, porque se aproximam da essência da vida social. Não há modelo final, somente situações estacionárias, energias políticas impulsionadas por diretrizes éticas capazes de criar possibilidades sustentáveis. Os “modos sustentáveis de desenvolvimento” resultam da nova combinação de fatores, das novas sínteses dialéticas resultantes da modificação das atitudes, dos valores e objetivos.<sup>21</sup>

É possível mudar os “modos de desenvolvimento” que produzem e reproduzem, nos diversos territórios, as conexões que condicionam a pobreza, desigualdade, exclusão, desemprego e agressões ambientais, entre as muitas patologias e anomalias que avergoam à sociedade brasileira. Temos que aprender a entender que todas as causas não estão fora de nós mesmos. Que papel tem o nosso individualismo e racismo nos problemas e sofrimentos que a sociedade brasileira vive neste momento? Estamos muito programados, mas é possível provocar as

---

<sup>20</sup> Andrés Pérez Baltodano, "Entre la utopía y el pragmatismo: política, gobierno y políticas públicas en América Latina", La Jornada, Mexico, 2002.

<sup>21</sup> Os métodos de ATER (apoio técnico e educação rural), por exemplo, ainda não percebem como os valores e os pensamentos estão ligados às emoções, que condicionam determinados comportamentos.

transformações que reclama a sociedade rural brasileira, impulsionando novas dinâmicas territoriais.<sup>22</sup>

A cooperação e a confiança são valores éticos que podem ser gravados na cultura e na consciência humana. Se pensarmos o desenvolvimento sustentável dos territórios como um processo multidimensional e multisetorial capaz de produzir uma integração dinâmica de esforços libertadores de ações coordenadas, sociais e políticas, poderemos afirmar que estes novos modos de desenvolvimento podem provocar impactos grandes na sociedade brasileira.

A soma total das energias movimentadas - política, institucional, social e cultural - dos processos de encontro, diálogo e comunicações horizontais, especialmente quando alimentam a coesão social e criam alianças confiantes entre atores, podem influir no caráter dos processos maiores, e ainda mudar os destinos nacionais, configurando estruturas globais emergentes. A multiplicação dos vínculos sociais locais – muito melhor quanto maior sua densidade – tem energia para construir **efeitos de escala** territorial.

Sem o estabelecimento de alianças estratégicas entre os distintos atores e organizações públicas e privadas para fazer é difícil trabalhar a complexidade do quadro social com o qual estamos confrontados. É possível construir mudanças extraordinárias e interligadas no todo, partindo das ondas criadas nas partes, produzir vibrações sustentáveis que levem para novos destinos humanos. Somos desafiados pelo menos a entender as energias que levam à separatividade, quebrando à sociedade em fragmentos. Do enriquecimento qualitativo do tecido social é que surgem os modos sustentáveis de desenvolvimento. As atitudes positivas face à vida coletiva podem ser cultivadas, da mesma forma que semeamos e colhemos as negativas.

Não existem receitas preparadas. As sociedades transcendem ou se fraturam pela qualidade da associação ou da dissociação. A equidade e solidariedade da sociedade territorial pode ser construída a partir de um permanente esforço de diálogo e trocas entre as diversas lógicas sociais de atuação dos atores, seus saberes acumulados, suas perspectivas. É possível mudar as trajetórias territoriais mudando a forma dos encontros e a qualidade dos diálogos, tecendo uma nova malha institucional afirmada na qualidade das conexões.

---

<sup>22</sup> Filosoficamente, essa possibilidade decorre da própria natureza humana. Em todo canto as necessidades humanas são as mesmas e elas são, também, potenciais de mudança. Todo processo de exclusão social, por exemplo, leva escondido seu oposto, a energia para participar e atuar como sujeito livre, capaz, e incluído. E principalmente, porque as políticas públicas articuladas e baseadas no paradigma de desenvolvimento sustentável, as parcerias público-privadas, podem mudar os relacionamentos de dependência, interdependência intra e inter-territorial, mesmo neste momento de globalização do sistema econômico que tende a ofuscar às lógicas territoriais achatando à diversidade da vida social local.

É possível reorganizar os arranjos institucionais, abrir as oportunidades de acesso ao conhecimento, informação e ativos produtivos, estimulando processos de inovação que levem a níveis superiores de produtividade sustentável. Investir em **qualidade social**, e simultaneamente, construir ambientes de **aprendizagem coletivo**.

- **Capital Social vis Qualidade Social**

Sinto que agora estamos melhor sintonizados para falar sobre o suntuoso conceito de “capital social”. Conceito que não parece adequado à referência humana. O capital associa-se a perspectiva de cálculos e de negócios, o que não se adequa a complexidade da natureza humana e a diversidade dos relacionamentos sociais. Nem é convincente aos economistas orgânicos - os sacerdotes do “desenvolvimento” – que o social constitui uma mina de criatividade, em condições de liberdade que propicia o manifestar, o escolher e o acessar às oportunidades.

A cada dia o conceito de “capital social” circula pelos diversos círculos acadêmicos e institucionais com maior grau de consenso. Certo, existem aspectos ou propriedades contidas na organização social que facilitam os intercâmbios recíprocos e a construção de determinadas ações comuns entre agentes e atores. Entretanto, virou **modaernismo** o estudo do tecido social como exercício da inteligência para impulsionar os processos de desenvolvimento econômico e social. Parece de fato possível isolar determinadas variáveis a serem cultivadas ou manipuladas para promover desenvolvimento, numa visão funcionalista.

Mas processos complexos de desenvolvimento não precisam de conceitos baratos, particularmente quando buscamos mudar o paradigma. É o mesmo eterno retorno ao “discurso único” que busca transformar toda a realidade em valores quantificáveis. Porque sua idolatria é o dinheiro, o crescimento. Todos os fenômenos, os relacionamentos, as qualidades da vida societal são reduzidas ao plano de capital. **Capital Humano, Capital Financeiro, Capital Físico, Capital Natural, Capital Social, Capital Político**. Um ator social motivado deve ser ao mesmo tempo um ator intensamente competitivo. A cobiça e a ambição, a solidariedade e a confiança, transformadas em virtudes geradoras de benefícios econômicos. Concluimos que a ética de grupo deve ser cooperativa, e ao mesmo tempo, necessariamente rentável.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Segundo Marta Portela Maseda e Isabel Neira Gómez, Capital Social: Las Relaciones Sociales Afectan al Desarrollo, Internet, Banco Mundial. 2003. “En primer lugar, como otras formas de capital, el capital social es un recurso en el cual se pueden invertir otros recursos con la expectativa de beneficios futuros. En segundo lugar, el capital social puede ser un sustituto o un complemento de otros recursos. Como sustituto los agentes pueden compensar la carencia de capital financiero o humano mediante el establecimiento de buenas relaciones. El capital social es también complementario con las otras formas de capital puesto que por sí solo no es suficiente para el desarrollo. En tercer lugar, al igual que el físico y el humano, el capital social necesita mantenimiento pues las relaciones sociales requieren una renovación o confirmación periódica para evitar la pérdida de eficacia. Además, el capital social, al igual que el capital humano, no tiene un índice fiable de depreciación, puesto que no se deprecia con el uso, sino que mejora ya que si no se usa se deteriora rápidamente. Aunque el capital social no sea propiedad de los individuos tiene la característica de la



Porque o social tem que ser capital? O social pode e deve prosperar e transcender, “além da renda”, e demais interesses monetários. A meta humana é o enriquecimento das qualidades interiores e não **simplistamente** tornar a vida rica em moeda e bens materiais. Porque aquele social que não é quantificável têm que ser menos real?<sup>24</sup> A **qualidade social** não está fora dos especialistas, dos observadores; está enraizada nos processos sociais de poder, gênero, etnia, identidade. Temos colocado o intangível embaixo do tapete e isso tem trazido muitos distúrbios de valores, que são fontes de informação.

A concepção instrumental do “capital social” é insuficiente para promover desenvolvimento sustentável. A transição para uma sociedade sustentável depende do quanto sejamos capazes de valorizar e vivenciar os elementos intangíveis inerentes à sociabilidade confiante; ao entusiasmo coletivo; à participação social; a informação para todos; o cuidado ambiental; à qualidade de nova institucionalidade; e o empoderamento das pessoas e organizações.

O elemento construtor dessa sociabilidade é o emocional da confiança. A força vital que a confiança expressa, ao constituir energia comunicadora que leva informação contagiante<sup>25</sup>. Sentimos confiança quando somos acessados por uma verdade e agimos em conformidade; com isso aceitamos o outro, em argumento, iniciativas, e no compartilhar o processo cotidiano e social.

A confiança social não deve ser entendida, como uma atitude simplista instrumentalizada – pela simples repetição das falas - para facilitar o contato e a comunicação entre atores sociais e pessoas. A confiança não é sinônimo de passividade nem deve condicionar comportamentos subalternos. As experiências mais profundas de confiança são espirituais e vão acompanhadas de sentimentos de lealdade e compromisso, como quando as pessoas aprendem com quem podem contar ao enfrentar um problema. Quando essa confiança é instrumentalizada pelas promessas, quando a participação social fica constrangida, o resultado traduz a duração da subalternidade. É assim como se reproduzem os relacionamentos de clientelismo. Quantas vezes construímos ambientes locais ricos em “capital social”, mas toda essa energia comunitária termina batendo contra o muro assistencial dos programas anti-pobreza em que reinam as piores paixões aflitivas.

---

apropiabilidad, es decir, al igual que el capital físico se puede emplear para determinados propósitos, el capital social puede ser utilizado por un agente de la red para sus propósitos (de información, de consejo, etc.) También, se puede transformar en otras clases de capital, pero hay que destacar que su tasa de convertibilidad es más baja que la del capital económico (que se puede transformar en capital físico, humano o cultural de manera más o menos sencilla). Por último, el capital social, como toda forma de capital, expresa una relación: las relaciones de confianza y cooperación cívica.

<sup>24</sup> Robert D. Putnam, *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>25</sup> Na psicologia ocidental, a confiança não é considerada uma emoção.

- **Aumentando a Densidade do Tecido Social**

Território é geografia, um lugar para a vida social, cultural e política. Esse lugar se torna uma comunidade territorial quando as pessoas se identificam como “nós”, e expressam crenças e valores que são compartilhados quotidianamente. Muito do comportamento político depende desse “nós coletivo e da forma como as relações sociais são institucionalizadas. Uma das lições do desenvolvimento não sustentável é que fortaleceu o valor da identidade e da cooperação, fazendo ao mesmo tempo visíveis as contraditórias e conflitos colocados pelas situações reais.

O mundo em que vivemos se configura nos relacionamentos que estabelecemos com os outros. Construimos uma rede mais ou menos durável de relações e vínculos que permitem os intercâmbios entre atores, gerando proximidade. A qualidade e quantidade desses relacionamentos, depende muito dos valores que se transmitem nas trocas materiais e simbólicas, e dos conceitos que orientam as ações. Sempre é possível mudar esse tecido semeando relacionamentos alternativos

O processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais demandam esforços de integração do tecido social. A interação entre os atores envolvidos é a ação recíproca que leva à mudança de comportamentos. Os vínculos sociais fortes geralmente nascem do senso de interdependência. Quase sempre existem relacionamentos de trocas e diálogos quando há necessidade do outro (outra). Por isso é preciso construir instâncias de diálogo e mecanismos participativos que levem a criar confiança e a desenvolver trabalhos compartilhados e em parceria. O emocional da subalternidade – a vergonha da dependência – apaga a confiança e enfraquece a cooperação, e a ausência desses vínculos ameaça a formulação de qualquer projeto coletivo.

Infelizmente, nossa cultura política vem sendo modelada a partir do “poder sobre”, da vontade de dominação. E isso cria separatividade. Estamos sempre lutando, brigando, protestando, e essa luta alimenta um processo perverso de construção de desconfiança, maneiras de atuar que fraturam a convivência social. Na arena política atual dominam as emoções perturbadoras condicionadas pelos interesses. A luta é incorporada nos códigos cotidianos de comportamento político, criando ambientes tensos que frequentemente levam a conflitos maiores. No emocional das pessoas vibra uma permanente energia de insatisfação material e desconfiança. Realmente uma sociabilidade fragmentada e “capitalizada negativamente”.

A construção da sociedade sustentável depende de nossas relações, da qualidade social do nosso tecido social. Temos uma grande necessidade de ver à sociedade mais integrada, rica em normas e instituições que facilitem a cooperação entre as pessoas. Daí a necessidade de trabalhar a cultura política, de construir um espírito crítico e participativo. A cultura política, quando se encontra fechada pelo particularismo, estabiliza relacionamentos, não deixa integrar, enfraquece a

coesão social, fragmenta, divide. Incapaz de se colocar na situação do outro, a política partidária torna-se inconsciente e irresponsável. Os valores utilitários governam as prioridades e condicionam o hábito de buscar vantagem pessoal ou grupal às custas dos outros (outras). Não conseguimos entender que somos seres separados e ao mesmo tempo, membros interdependentes da sociedade.

Essa rigidez da cultura política predominante, carente de solidariedade, bloqueia as possibilidades de trabalho conjunto. É perigoso ficar fechado no paradigma darwinista da sobrevivência dos fortes. A sociabilidade confiante surge da troca transparente de informação, interesses e experiências. A competição surge a separação. Se continuarmos trazendo à vida social e política os nossos medos, negações, ódios, ânsia de poder, a qualidade da sociabilidade não vai mudar.

Mas o problema de construir um novo tecido social que facilite os processos de desenvolvimento sustentável não é substituir a diversidade de interesses pelo projeto comum. Temos que ser aceitados como diferentes para ser assumidos como iguais. Este é um mundo de anjos e demônios, não de anjos ou demônios. A arte da alquimia social consiste em juntar aquilo que é antagônico, aceitando sua legitimidade, para semear complementaridade.

Somos desafiados a construir acordos relativamente estáveis, ancorados em valores éticos, procurando formar redes ou grupos de atores articulados entre si, motivados e capacitados para atuar em conjunto. As redes promovem a interação entre as pessoas e as instituições, elas criam a perspectiva de que, na aproximação, muitos atores diferentes podem combinar suas experiências e recursos. As redes sociais devem ser energizadas pelo entusiasmo, ou seu movimento será amorfo e inconstante. Porque, como ocorre no mundo das partículas subatômicas, os atores que podem atuar em sinergia, carecem de vitalidade como elementos isolados; são as interconexões as que criam novos sistemas com propriedades inteiramente novas. Os atores cooperam à medida que se relacionam, tornando-se algo mais que eles mesmos.

Por isso coloca-se à coesão social como ponto de chegada. Os relacionamentos de cooperação entre atores – os novos valores - facilitam a ligação entre os fatores técnicos, sociais e institucionais que precisam evoluir articulados no complexo cenário do desenvolvimento territorial. Tais redes de cooperação devem ser promovidas.<sup>26</sup>

A questão básica é como transformar um bloco de interesses, opiniões, às vezes divergentes, opostos, em uma decisão consensual para benefício de todos visando formular um projeto comum. É possível estimular a cooperação ou aumentar os campos de compartilhamento de objetivos, por exemplo, mediante processos de planejamento estratégico participativo. O processo de planejamento tem que entusiasmar, mobilizar, gerar energias coletivas, alimentar o sentido de identidade, educar, sendo indispensável formular metodologias culturalmente

---

<sup>26</sup> Carlos Miranda, Desenvolvimento Local Sustentável no Brasil, IICA-Brasil, 2002.

sensíveis que levem e orientem às conversações democráticas e facilitem a **mediação social**.<sup>27</sup>

É preciso construir **qualidade social** ao longo do processo de planejamento, além dos planos. Enriquecer qualitativamente os relacionamentos sociais, nutrir com valores éticos as normas que moldam a vida social, multiplicando os contatos e as frequências. Isso demanda reconstruir sistemas de informação de caráter territorial (**glocal**) que possibilitem o desenvolvimento sustentável.<sup>28</sup> A informação tem que fluir para e dentro dos territórios, como insumo ao processo de gestão, e também, para estimular os processos de inovação produtiva, a **imaginação criativa**. Muito dessa informação precisa ser “traduzida” nos códigos próprios da cultura do território, para fechar a brecha entre o discurso técnico e os significados locais.

O acesso a informação permite a expansão das capacidades e liberdades das pessoas abrindo o campo das oportunidades sociais, as facilidades econômicas e as liberdades políticas.<sup>29</sup>

- **Nova institucionalidade**

De alguma maneira, as instituições são os recursos organizacionais que oferecem um norte, um direcionamento, um certo sentido de gestão e relativo ordenamento aos processos de desenvolvimento; elas orientam aos atores sociais e agentes econômicos, indicando rumos e comportamentos dentro de certas lógicas ou racionalidades. Trata-se de uma dimensão dentro da qual circulam uma diversidade de regras e costumes – poucas delas se atrevem a desafiar os paradigmas - caracterizadas por variados graus de formalidade.

Em geral, as instituições atuam como “motores” de diferente capacidade e potência, permitindo o desenvolvimento da organização. Elas impulsionam o incerto rumo dos processos, condicionando a atividade social e econômica, os comportamentos dos atores sociais, comunidades e indivíduos, que ao mesmo tempo são seus produtores.

Necessitamos instituições que nos permitam adaptarmos, democratizarmos, solidarizarmos, descentralizarmos, cuidarmos, articularmos, identificarmos, responsabilizarmos. Temos que aprender a manejar a mudança como se tratara de navegar num mar de incertezas, passando por um arquipélago de certezas.<sup>30</sup> As transformações institucionais sempre são o produto da necessidade de construir arranjos e relacionamentos institucionais ajustados aos novos modos de desenvolvimento, para transcender a crise dos velhos. A nova institucionalidade

---

<sup>27</sup> Carlos Júlio Jara e Ribamar Furtado, “Experiência de Planejamento Territorial: Projeto Identidade em Maranhão”, Notas do Curso de Planejamento para as Comunidades Negras do Estado, IICA- 2002.

<sup>28</sup> Carlos Jara M, A sustentabilidade do Desenvolvimento Local, IICA-Brasil, 1999.

<sup>29</sup> Neste mundo interligado em escala global, os fluxos de informação permite aos agentes econômicos locais reagir com rapidez para a tomada de decisões inteligentes, promovendo flexibilidade.

<sup>30</sup> Edgar Morin. Os Setes Saberes necessários à Educação do Futuro, UNESCO, 2003.

deve permitir multiplicar os contatos e a construção de consensos entre atores sociais, estimulando os vínculos de cooperação.

Existem duas formas de definir as instituições. Elas podem ser identificadas como aparelhos formais, esquemas cujo funcionamento depende de um conjunto de normas e contratos que condicionam determinados comportamentos, estruturando relacionamentos que orientam os esforços individuais e coletivos. Trata-se de estruturas relativamente duráveis e mutantes, e ao mesmo, de organizações orientadas para cumprir determinadas finalidades, relativamente rígidas, operando dentro do marco de leis, regulamentos, convênios e procedimentos. As instituições implicam regras que delimitam os comportamentos das pessoas dentro de um determinado domínio, dando lugar a regularidades de atuação, que freqüentemente se transformam em entes corporativos que defendem espaços e hierarquias, não toleram a desordem, gerando resistências que visam assegurar a sua própria funcionalidade.<sup>31</sup>

Por outra parte, as instituições também se fundamentam nas costumes, e de fato, condicionam certas condutas sociais por meio de valores compartilhados, práticas tradicionais e acordos tácitos. A corrupção, por exemplo, é uma instituição, provavelmente a mais perversa e persistente de todas.

Somos desafiados a construir uma nova institucionalidade. O adormecido e diferenciado potencial dos territórios rurais não vai acordar sem o componente institucional, construído para enfrentar complementaridades e antagonismos em dois campos interligados, de forma vertihorizontal. Os novos **estilos produtivos** e de vida nascem das interações, da troca de perspectivas e conhecimentos.

Em geral os territórios rurais possuem uma complexa e mutante estrutura institucional e um grande número vínculos com as diversas instancias de governo. Por um lado, o campo dos vínculos funcionais entre Estados e territórios, compartilhando decisões, informação, recursos e inteligência para o desenvolvimento sustentável. E por outro, um tecido vivo entre os atores sociais e institucionais do território, incluindo os poderes locais, visando multiplicar as horizontalidades. Somos desafiados a aprender a costurar a complexidade de malha institucional, de cima para baixo, de um canto para o outro, unificando a separação.

O atual quadro institucional construído pela “velha ruralidade” está relativamente esgotado, sendo desafiados a construir um novo desenho e arranjo. Construir uma nova institucionalidade não significa, necessariamente, criar mais aparelhos burocráticos ou multiplicar os convênios para ganhar energias, mas essencialmente, definir novos vínculos e relacionamentos entre atores, sentidos e propósitos mais elevados, um novo sistemas de regras e valores éticos, o seja, uma nova cultura organizacional.<sup>32</sup> O real valor de uma instituição vinculada ao

---

<sup>31</sup> Alejandro Schejtman, FAO, 1999.

<sup>32</sup> Os convênios são úteis para construir um senso de responsabilidade.

desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, não se fundamenta na infraestrutura ou nos equipamentos que possui, nem no tamanho, mas na qualidade das idéias e dos serviços que produz; na inteligência, capacidades, experiências e atitudes, nas racioemocionalidades vividas pelos atores envolvidos.<sup>33</sup>

- **Qualidade Social e Identidade**

O desenvolvimento sustentável do heterogêneo mundo territorial precisa melhorar a qualidade dos vínculos sociais internos e externos, aumentar a aproximação do seus atores, as interações dinâmicas controladoras dos comportamentos. Isso leva ao fortalecimento da identidade social territorial. O valor da identidade diz respeito a essa energia emocional que afirma e aceita, que se reconhece como parte da história, provocando interrogantes sobre o presente e sobre o projeto de futuro. A identidade é um reservatório de energias espirituais. Ela pode virar onda de mudança quando descobre, mediante a informação, as trocas de experiências e a participação, a possibilidade de perseguir uma imagem.

Sabemos que tecidos sociais com um firme sentido de identidade e responsabilidade social têm melhores condições de realizar projetos comuns. Isso depende muito dos compromissos afetivos com o território. A identidade costura o sujeito ao território, homogeneiza elementos dispersos, alinha os sentimentos com os lugares objetivos. Traduz esse conjunto de significados e valores que internalizamos a cada dia e que se tornam parte de nós.<sup>34</sup> Porém, articula o passado, o presente e o projeto de futuro num único campo intangível interiorizado pelos diversos atores sociais, marcando diferenças, traços particulares.<sup>35</sup>

- **Associações vis Cultura associativa.**

É preciso, por exemplo, promover mudanças na tradicional cultura associativa das antigas associações que aglutinam formalmente a maioria dos produtores rurais de base familiar. Essa forma de organização criada faz muitas décadas para integrar “ordenadamente” às comunidades rurais aos esquemas centrais de progresso e poder, visando principalmente, formalizar o processo de provisão vertical de bens e serviços, não criam competitividade territorial. O clonagem burocrático das associações comunitárias construi uma leitura do social territorialmente indiferente, fragmenta, não facilita a organização das comunidades em redes diretas de solidariedade, dificulta construir a coesão social.<sup>36</sup>

Elas foram administradas como instrumentos para facilitar o processo de mediação e controle das bases comunitárias, formalizando burocraticamente o processo de reivindicação de direitos e demandas locais. Ela não é funcional para atuar de forma pró-ativa no atual mundo econômico; fecha-se no mundo local,

---

<sup>33</sup> Carlos Julio Jara, Nueva Institucionalidad para el Desarrollo Humano y Sustentable, IICA-Ecuador, 2003.

<sup>34</sup> Carlos Júlio Jara, Projeto Identidade para as Comunidades Quilombolas de Maranhão, IICA-Brasil, 2002

<sup>35</sup> José Arocena, El Estado, la descentralización y la iniciativa local en Uruguay”, en *Mujer y políticas sociales a nivel local*, CIEPLAN, Chile, 1992.

<sup>36</sup> Veja, Pierre Rosanvallon, La Crise de l'Etat- Providence, Seuil, Paris, 1981

impedindo maximizar as oportunidades territoriais de desenvolvimento humano e sustentável. A tradicional associação comunitária está em crise. É preciso construir uma nova figura capaz de sintetizar as experiências e os desafios presentes e futuros.

Somos desafiados a mudar o velho paradigma de organização social rural. Abrir-se para novas formas associativas (associações de caráter empresarial) de produção, criando verdadeiras redes de pequenos negócios rurais, afirmadas na eficiência, na cooperação, na informação, na qualidade, na inocuidade e na organização reticular.<sup>37</sup> A reconversão produtiva dos territórios, particularmente daqueles onde predomina a agricultura agrofamiliar, pede novas formas de organização social e econômica das bases comunitárias. Formas menos burocráticas, mais flexíveis, qualificadas, atualizadas e operacionais.

### **Características e traços das tradicionais Associações Comunitárias<sup>38</sup>**

<b>Velho enfoque local e setorial</b>	<b>Novo enfoque territorial e intersetorial</b>
Criadas pelo Estado centralizador	Funcionais à descentralização do poder
Gestão vertical e cultura autoritária	Gestão horizontal e cultura participativa
Organização burocrática e subalterna	Organização flexível e autônoma
Mistura de empreendimento e comunidade organizada	Separa funcionalmente a empresa da família e da comunidade e promove a solidariedade desses atores.
Criadas pela oferta pública	Criadas pela demanda social e econômica local
Instrumento para captação de projetos locais. Isolamento	Protagonismo, capacidade para gerar projetos comuns. Parcerias e redes.
Limitadas capacidades de gestão empresarial	Capacidades empresariais
Confundem o serviço do Estado e o serviço público	Separam o público do estatal.
Formalizadas para integrar as comunidades ao Estado, assegurando controle social.	Necessidade de consolidar novos vínculos com o Estado e o mercado
Solidariedade parte de cima para baixo	Solidariedade é construída de baixo para cima
Cultura de assistência e intervenção vertical, sustentadas no "poder contra"	Cultura de "empoderamento para", ajuste das comunidades aos novos contextos
Proliferação funcional à implementação de programas e projetos de desenvolvimento de cunho compensatório	Necessidade de reinventar, fazer emergir uma nova ordem e objetivos diferenciados.
Postura de favores, gestão dependente.	Postura de direitos, de atores ou sujeitos. Gestão interdependente e compartilhada
Formas clonadas, modelos homogêneos e replicados.	Formas diferenciadas e flexíveis, modelos variáveis.

<sup>37</sup> Reticular: que corresponde tecido de todas as relações horizontais e verticais que emergem nas redes.

<sup>38</sup> Carlos Júlio Jara, Cultura Associativista e Associações, IICA - SEBRAE, Maranhão, 2002.

Lideranças impostas, representantes, cooptados, clientelizados.	Líderes legítimos, representativos, formados e informados.
Projetos não refletem as reais necessidades das comunidades. Domínio dos técnicos.	Projetos permitem o desdobramento de ativos e talentos, potencialidades endógenas. Autogestão.
Líderes individualista disputam poder	Líderes gestores, capacidades de orientação, planejamento, leitura do entorno, distribuem do “poder para”.
Não favorece a construção de empreendimentos e negócios. Não permite vincular de forma eficiente e competitiva aos produtores com o mercado.	Necessidade de potencializar o capital empresarial, de se adaptar dinamicamente às demandas do mercado.
Estrutura atual não permite sustentar processos de comercialização	Normas e mecanismos que facilitem a gestão comercial
Estrutura impede o fornecimento de serviços	Normas e procedimentos que permitam a oferta de serviços
Vínculos externos surgem de convênios formais	Vínculos externos surgem principalmente de acordos e trocas horizontais
Estruturas isoladas	Lógica de redes e vínculos de cooperação.

- **Qualidade Social e Ambientes de Aprendizagem** <sup>39</sup>

Estamos adquirindo novos conhecimentos sobre o complexo processo de gestão do desenvolvimento sustentável em escala territorial. Devemos sistematizar as experiências e aprender das presentes construções, da nossa própria colheita histórico - social. Somos desafiados a estabelecer um contato mais direto com os nossos próprios fenômenos; questionar as “evidências” e os velhos sistemas de idéias; entender a historia dos territórios como presente e valorizar a tradição como futuro; teorizar partindo das nossas práticas concretas. As experiências são essencialmente processos históricos, conjuntos complexos construídos por mutantes atores sociais que atuam num determinado contexto e marco institucional. Precisamos entender porque tais processos tiveram esse modo particular de desenvolvimento, ordenando o jogo múltiplo das relações e elementos, tanto objetivos quanto subjetivos, que condicionam tais processos.<sup>40</sup>

E temos que ter cuidado com as idéias que produzirmos. É verdade que os “desenvolvimentos” na Europa e os “desenvolvimentos” na América Latina formam

<sup>39</sup> Este argumento fundamental está sendo desenvolvido por Manuel Chiriboga Veja do RIMISP. Vide, Innovación, Conocimiento y Desarrollo Rural, Palestra apresentada no Segundo Encuentro de la Innovación y el Conocimiento para Eliminar la Pobreza Rural, Fondo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, FIDA, Lima, Perú, Setembro 2003

<sup>40</sup> Oscar Jara, Dilemas y Desafios de la Sistematización de Experiencias, CEP Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, Costa Rica, 2002



parte do mesmo “desenvolvimento” em escala mundial. Mas nosso **maldesenvolvimento** demanda concepções e definições que surjam da reconstrução do nosso concreto, da nossa esfera de pensamento cultural. A realidade dos territórios brasileiros tem que ser descoberta e explicada. Precisamos botar o nosso mundo latino-americano com os pés no chão, inventando modos de desenvolvimento “endógenos”, nascidos da nossa história, da nossa cultura, nosso original ambiente natural.

Mas isso não é suficiente. Somos também desafiados a fazer desenvolvimento territorial sustentável, e ao mesmo tempo, aprender dos processos de fazer desenvolvimento territorial sustentável. Qualidade social e gestão do conhecimento devem ser noções associadas. A construção de vínculos de cooperação entre atores sociais e institucionais – a semente de uma sociabilidade confiante - surge como uma necessidade de desenvolvimento. Mas esse processo deve estar ligado ao processo de aprendizagem, de troca de experiências, fluxo de informações, inovação coletiva.

Devemos construir **conversações confiantes** entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico, entre o conhecimento ancestral e o conhecimento moderno, e entre o conhecimento simbólico e o conhecimento racional. Construir pontes e complementaridades. As possibilidades criativas inerentes ao encontro de saberes são reais. A medida que aprendemos a integrar conhecimentos e testa-los na vida prática, surgem novas perspectivas de desenvolvimento, iniciativas de negócios com identidade, novos estilos produtivos.

O processo de desenvolvimento territorial sustentável deve ser interpretado como um processo de aprendizagem. Vamos implementar projetos territoriais, por exemplo, na Zona da Mata de Pernambuco, e simultaneamente, a aprender - fazendo. Em outras palavras, gerar conhecimento a partir da interação, além de estimular proximidade horizontal. A **conectividade confiante gerando cooperação criativa**. Isso abre espaços para as revelações do espírito criativo das comunidades territoriais, facilitando a semente de novos **campos mórficos** funcionais ao desenvolvimento humano.<sup>41</sup> Temos que mergulhar na dança **intertemática** e criar conhecimento **transdisciplinar**. Construir ambientes sociais confiantes e incentivadores, indo para o molecular e o espiritual, onde vibram nossas emoções, estimulando a **sincronicidade**.<sup>42</sup> Ai se funda uma cultura incluínte e sustentável.

Somos desafiados a trazer mais inteligência à vida emocional e mais emoção à vida racional. Os pensamentos e as emoções são propriedades emergentes da consciência coletiva. O aprendizado coletivo cria-se nos ambientes de confiança e nas conversações que visam encontrar soluções para as necessidades

---

<sup>41</sup> Carlos Júlio Jara, O “capital social” que redefine a sociabilidade fragmentada, conflitiva e contaminada pela desconfiança social, IICA- Brasil, Expo-Brasil, 2002.

<sup>42</sup> Carl Gustav Jung, A Dinâmica do Inconsciente, Obras Completas, Volume VIII, Petrópolis, Vozes, 1984.

autenticamente humanas.<sup>43</sup> A educação coletiva diz respeito à troca de conhecimentos e habilidades. É também troca de valores – informação cultural – e tomada de consciência sobre os direitos e necessidades dos outros, o cuidado da natureza. Precisamos encontrar maneira de entusiasmar aos atores, pois a força do entusiasmo motiva a agir. Cria-se assim um novo poder social constituído pela qualidade social, o conhecimento e a participação.

---

<sup>43</sup> Vide, Flávio Paiva e João de Paula Monteiro, Os 5 elementos: A essência da gestão compartilhada no Pacto de Cooperação do Ceará, Qualitymark, Brasil, 2002.